

# O orçamento compatibiliza receita e despesa da União

Como a União administra os recursos dos contribuintes? Esta pergunta tão presente no pensamento de cada cidadão tem uma resposta simples dos técnicos do Governo: o orçamento público é o instrumento pelo qual o Governo diz à sociedade como pretende aplicar os recursos que arrecada:

Este Orçamento Público — ou da União, como é conhecido — nada mais é do que a compatibilização entre receita e despesa: Como, historicamente, é função do Estado atender às necessidades básicas da comunidade, através da prestação de serviços fundamentais como educação, saúde, transporte, alimentação etc., cabe ao Estado o poder coercitivo de arrecadar os tributos e administrá-los:

A programação da despesa é efetuada de forma e adequar as prioridades estabelecidas pelo Governo à disponibilidade de recursos: Com esta filosofia de operação, são fixados limites de recursos para cada órgão governamental: Antes, porém, o Governo assegura a cobertura de gastos como o do pagamento de pessoal, encargos com a dívida pública, garantia de preços mínimos aos produtos agrícolas e às transferências dos Estados e Municípios: Nesta distribuição, o Governo está atento, como esclarecem os técnicos, à condução dos programas existentes, evitando gastos com atividades paralelas, serviços considerados não essenciais, como também em novos empreendimentos:

Na visão dos técnicos do Governo, a distribuição dos recursos arrecadados dos contribuintes obedece a uma decisão política: o pagamento de impostos — acrescentam — visa a manter a máquina administrativa em operação:

A ação orçamentária na área de educação e cultura, por exemplo, é desenvolvida no sentido aperfeiçoamento dos serviços de saúde pública, através da intensificação dos combates

às endemias, do fortalecimento da medicina preventiva e da melhoria da infraestrutura básica de saneamento:

Parte dos recursos arrecadados da sociedade é repassada às diversas unidades da federação, observando-se, sempre, os desequilíbrios regionais existentes: Para melhor esclarecimento, lembram os técnicos, o orçamento público viabiliza a utilização da política tributária como instrumento de realocação dos recursos para aplicações em regiões menos desenvolvidas, buscando permitir a essas comunidades o acesso a equipamentos sociais mais compatíveis com o estágio de desenvolvimento do País:

Embora a distribuição de recursos possa parecer uma simples conta de dividir, o Governo enfrenta sérios problemas com seu orçamento: Isto porque ele é elaborado em um ano para ser executado em outro, obrigando ao Ministério da Fazenda a fazer uma verdadeira reprogramação financeira, com uma nova estimativa de receita e despesa no hiato de tempo entre a estimativa e a execução do orçamento ocorrem fatores que levam a uma atualização dos gastos para que se possa partir para uma execução mais segura, esclarecem os assessores do Governo:

## **ELEVAÇÃO DOS TRIBUTOS**

Como os recursos de que dispõe o Estado são obtidos através da arrecadação dos tributos, de um modo geral é inevitável a elevação da carga tributária na mesma proporção em que se expandem as despesas governamentais e as reivindicações da coletividade: Por isso, há situações — reconhecem os técnicos — em que se faz imprescindível a elevação de determinados tributos para atender a programas de alta relevância para o bem-estar social: Assim, por exemplo, a maior imposi-

ção fiscal sobre os produtos do fumo, visou a uma melhoria no nível de arrecadação do imposto sobre Produtos Industrializados (I-PI):

Embora oficialmente ninguém confirme, uma fonte do Governo confidenciou que este aumento na alíquota do IPI-Fumo, bem como o aumento do preço do cigarro para os consumidores, foi adotado para que o Governo arrecadasse os recursos necessários ao pagamento da segunda parcela do aumento do funcionalismo público:

Outro artifício do Governo para melhor administrar os recursos que arrecada, bem como otimizar sua aplicação é a adoção do sistema de caixa única, isto é, a obrigatoriedade do recolhimento de todas as receitas da União ao Tesouro Nacional: Os recursos, depositados nesta caixa não são carimbados e, portanto, têm sua aplicação autorizada na medida em que surjam despesas a serem cobertas em cada órgão, em cada Ministério, ou eventuais buracos nas contas governamentais: Retirando-se do total o que se costuma chamar de despesas/receitas vinculadas (transferências para os Estados e Municípios, para atender a programas específicos com PIN e Proterra, por exemplo) os recursos restantes constituem a chamada receita líquida do Tesouro Nacional:

A política de vincular receitas a determinadas despesas, por sua vez, contribui para aumentar a rigidez orçamentária, já que as principais fontes de recursos passam a ter sua aplicação previamente definida: De acordo com a interpretação dos técnicos do Governo encarregados da elaboração do Orçamento da União, de um modo geral, a vinculação entre receita e despesa é apenas temporária, porque só se torna necessária no período em que os setores privilegiados não têm condições de se desenvolver por meios próprios: